

AS BRECHAS DA “HEGEMONIA LIMITADA” E A AUTORGANIZAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS: OS DESEMPREGADOS NA EXPERIÊNCIA ARGENTINA DE FIM DE SÉCULO*

Katia I. Marro *□

Resumo: A Argentina que se delineia na década de 1990 é produto do “novo” quadro histórico que se abre a partir da ofensiva do capital pela desestruturação do trabalho, cujas contra-reformas econômicas e políticas ganham um viés claramente destrutivo (desemprego estrutural e criação maciça de uma massa supérflua para as necessidades de acumulação do capital; precarização profunda do sistema de proteção social; privatização acelerada dos principais serviços públicos; desindustrialização e financeirização da economia). Esse cenário tem conseqüências profundas, tanto nas formas como as classes dominantes exercem o seu domínio, quanto na dinâmica de organização dos subalternos, implicando em transformações profundas nas formas políticas de expressão do antagonismo de classes. Este trabalho pretende refletir sobre a relação entre a transformação da dinâmica do domínio de classe que se observa na Argentina da década de 1990 – retratada na metáfora da “hegemonia limitada” que busca dar visibilidade à tendência à desuniversalização da dominação burguesa e suas estratégias transformistas, privilegiadas pelas classes possuidoras argentinas nesse período – e o processo de contestação progressiva desse cenário de desagregação social pelas classes subalternas. Um dos seus protagonistas é o heterogêneo movimento de desempregados que se multiplica para o final dessa década, desnudando uma expressão da “questão social” de difícil resolução – primeiro, a partir de rebeliões espontâneas que “explodem” no interior do país, posteriormente evoluindo para a consolidação de importantes experiências organizativas dos desempregados, com destaque para aquelas que deslocam o foco do conflito para o centro urbano do país, alcançando inclusive proporções nacionais.

1. “Hegemonia limitada” ou a tendência à desuniversalização da dominação burguesa: Ao nos referirmos às profundas transformações estruturais retratadas na década de 1990 para o caso argentino, podemos observar – se nos detivermos nos

* O seguinte trabalho baseia-se em algumas conclusões da nossa tese de doutorado intitulada “*A rebelião dos que ‘sobram’: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência na Argentina contemporânea*”, defendida no programa de pós-graduação da ESS-UFRJ, em março de 2009.

** Assistente Social pela UNR (Argentina), Doutora em Serviço Social pela ESS-UFRJ, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social do PURO-UFF.

“processos orgânicos”, tal como nos propõem as reflexões de Campione (2005) –, o *esgotamento de um processo de “modernização” econômica, social, política e cultural que continha uma “promessa” de maior “integração” das classes subalternas* e que evidenciava uma aspiração das classes dominantes de se tornarem “dirigentes”¹.

Dialogando com diversos autores inspirados em Gramsci², buscamos mostrar que essas profundas transformações estruturais, as quais redimensionam radicalmente o estatuto do trabalho, mostram certa tendência à des-universalização da dominação burguesa: falamos da *limitação da capacidade hegemônica das classes dominantes argentinas* (o que não supõe necessariamente o enfraquecimento do seu domínio) que, ainda de forma “incompleta”, expressaram ao longo do século XX certa aspiração a se tornarem “dirigentes”, baseando-se, primeiramente, na promessa de “ordem e modernização”. Posteriormente, essas classes se assentaram materialmente nos benefícios advindos da exportação agrária, e reorganizaram-se, em meados desse século, nos processos de industrialização e na instauração de uma “versão periférica” do Estado de Bem-Estar Social (lembrando que o peronismo significou a inclusão, por uma via “passiva” e de forma autoritária, das classes trabalhadoras na vida política).

Ainda que, tal com nos adverte Oliveira (1998a), a “década neoliberal” pareça sugerir uma “situação esmagadora de hegemonia” – a estabilidade monetária produzida pela convertibilidade parece ser um valor dominante que impregna nos “de baixo” –, o conceito gramsciano de “hegemonia” pode não ser suficiente para nossas finalidades: daí nossa adaptação da metáfora da “hegemonia limitada” para pensar em realidades mais próximas do transformismo. Afinal, ao observarmos a realidade da década de ’90, trata-se de processos onde as classes dominantes latino-americanas parecem haver “desistido” de integrar as massas subalternas – seja à produção ou à cidadania –, consolidando a destruição de um campo de significados comuns a dominantes e

¹ Lembremos que para Gramsci a “supremacia” de uma classe que pretende a construção de uma ordem duradoura requer que ela seja não apenas “dominante” (que possua o controle do aparelho de Estado e suas funções ditatoriais), mas também “dirigente”, hegemônica no sentido de ser capaz de exercer uma direção intelectual e moral dos outros grupos e classes sociais, expandindo suas fronteiras de classe pela sua capacidade de estabelecer “soluções de compromisso” com esses outros segmentos. Nas palavras de Gramsci, “[...] a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 42). Isto quer dizer que para além do domínio ideológico-cultural, a hegemonia de uma classe envolve compromissos (instáveis e dinâmicos) respeito a outros grupos sociais, para além do seu “estreito interesse econômico-corporativo”, expressando o *consenso ativo dos governados* antes que a mera manipulação ideológica.

² Nos referimos fundamentalmente a Campione (2005) e Oliveira (1998a; 1998b; 2004; 2007a; 2007b). O trabalho de Coutinho (1999) é uma referência que subsidia nossas interpretações da obra gramsciana.

dominados. Nesse sentido, entendemos que a erosão das bases do trabalho implícita nas contra-reformas menemistas que redundam numa avassaladora desarticulação da classe trabalhadora, assinala uma “impossibilidade hegemônica”: as classes dominantes encontram sérias limitações para a exercer a direção moral da sociedade argentina no seu conjunto.

Poderíamos interpretar essa “década neoliberal” como caracterizada pelo esgotamento de um período em que as classes dominantes “fazem avançar realmente toda a sociedade, satisfazendo não só suas exigências vitais, mas ampliando continuamente os próprios quadros para a continua ocupação de novas esferas de atividade econômico-produtiva” (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 64). Ou seja, estamos falando do esgotamento de um processo de expansão das fronteiras de classe dos setores dominantes pela promoção de concessões simbólicas e materiais, ou das tendências de universalização da própria cidadania burguesa, tal como as retratadas, de forma relativa, nos governos peronistas de outrora.

Na interpretação de Campione (2005) com a qual dialogamos, o signo distintivo dessa dominação capitalista é que a *destruição das organizações das classes subalternas*, promovida pela ditadura e completada com o neoliberalismo – destruição essa que consistiu na decapitação da direção daquelas organizações, e o transformismo dos intelectuais orgânicos – evidencia também a *amputação da capacidade hegemônica* do regime que se consolida. Falamos de “soluções burguesas” que teriam permitido uma forte supremacia na década de 1990, onde as classes dominantes também *teriam minado sua própria capacidade de “direção intelectual e moral”*. Com a destruição da possibilidade de erigir indispensáveis bases materiais para essa direção, e o desmantelamento de mecanismos organizacionais (partidos com capacidade de organização e mobilização de massas, sindicatos burocratizados) que tinham funcionado como meios fundamentais na construção dos “equilíbrios instáveis” que a tornavam uma classe “dirigente”, desestruturaram-se as próprias bases materiais e simbólicas que tinham sustentado o “conformismo” das classes subalternas ao longo do século XX.

Essa análise não supõe uma subestimação das relações dinâmicas do par “domínio” e “direção” – lembremos que “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” –, e tampouco desconsidera o fato de que “um grupo social domina os grupos adversários [...] e dirige os grupos afins e aliados”, sendo que “deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder);

depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantêm fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’” (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 62-63). Ao contrário, a presente análise procura retratar em que medida as contra-reformas neoliberais da década de ’90 expressam as tentativas ofensivas de uma classe burguesa que está “saturada”, isto é, que “não só não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as desassimilações são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações)” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 271) – ou, colocado em outros termos, tentativas de segmentos de classe que não pretendem “harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos”, que buscam “dominar” antes que “dirigir” (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 329).

Essa amputação da capacidade hegemônica que sugerimos não deve ser interpretada como ausência de domínio das classes possuidoras, sendo que suas intervenções transformistas implicaram num ensurdecido disciplinamento das classes trabalhadoras argentinas. Se tal como assinala Buci-Glucksmann, “quanto mais autenticamente hegemônica é uma classe, tanto mais permite às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e se constituírem como força política autônoma”³; não restam dúvidas sobre a capacidade desagregadora da supremacia das classes dominantes sobre as forças potenciais de oposição que se constituem ao longo dos anos 1990.

Outra questão seria se essa relativa desarticulação de significativos aparelhos hegemônicos construídos desde a segunda metade do século XX – erosão das bases materiais que sustentaram o “conformismo” das classes subalternas desde esse período – poderia ser duradouramente mantida com os vários mecanismos de dominação e controle (no exemplo dos mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência acionados para conter as iniciativas das massas subalternas) criados pelas classes dominantes para esse cenário de débâcle: nesse sentido, observa-se uma regressão desde as formas da política de massas próprias dos anos 1970 para as formas clientelísticas da “década neoliberal”; desde as conquistas sociais da classe trabalhadora para um assistencialismo “privatista” que constitui a base de arcaicas relações assimétricas e personalistas. Constituem processos que se dirimem entre a tensão de destruir a capacidade sindical de canalização das demandas e reivindicações das massas trabalhadoras (pela forte erosão e crise que sofrem os sindicatos a partir das medidas de

³ Buci-Glucksmann (*apud* CAMPIONE, 2005, p. 9; *tradução nossa*).

flexibilização trabalhista, a desregulamentação dos seguros sociais de saúde, as tendências de privatização da previdência social) e a necessidade de obter sua “formatação” estatal e disciplina social; entre a urgência de controlar o conflito social, mas sem incrementar o gasto em política social⁴.

Ao entender que o “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas *consegue obter o consenso ativo dos governados* [...]”⁵, observamos a partir da “década neoliberal” a consolidação de um tipo de supremacia de classe mais suportada nas funções de domínio que na busca da construção de um consenso ativo. Ela investe numa retração das classes subalternas à vida privada – é a “impossibilidade da política” nos termos de Oliveira (2007a) –, e numa ação de cunho desorganizador: “se espera mais do cepticismo, da indiferença massiva, que da adesão a determinadas idéias ou políticas”⁶. Assim, mais que uma “direção intelectual e moral” observa-se uma *tentativa de neutralização e enfraquecimento político-ideológico, de retirada duradoura das classes subalternas da esfera pública*. Trata-se de algo que se aproxima dos processos que Gramsci retrata como “ditadura sem hegemonia” ou um tipo de hegemonia que “será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, *não deste sobre outras forças* para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo ‘jacobino’”⁷.

Será que podemos falar de uma “hegemonia limitada” às margens das próprias classes dominantes, que expressa a retração dos componentes do “consenso ativo e organizado”⁸? Nessa direção, Campione assinala:

Desorganizar, fragmentar, retirar ao privado [...] são caminhos de busca da passividade das massas, em nada coincidentes com a geração do “consenso ativo”, ao qual faz referencia Gramsci como um dos conteúdos da hegemonia [...]. Grande capital e Estado mantêm (e inclusive incrementam) o predomínio econômico, político (legitimado democraticamente) e ideológico-cultural [...], mas *não existe uma verdadeira ação hegemônica nesse predomínio* [...]. A “qualidade” do consentimento dos subalternos se degrada, porque é filho da fragmentação, da

⁴ Cf. Campione (2005a, p.18) e Dinerstein (in LOZANO, 1999, p. 113).

⁵ Gramsci (CC3, 2000, p. 331; *grifos nossos*).

⁶ Campione (2005a, p. 11; *tradução nossa*).

⁷ Gramsci (CC5, 2002, p. 330; *grifos nossos*).

⁸ Analisando o fenômeno do transformismo como incorporação molecular de intelectuais isolados e de grupos inteiros radicais pertencentes às classes subalternas nas margens de um governo conservador e moderado, Braga assinala: “tal governo caracteriza-se tanto pela oposição à participação popular na vida do Estado (caráter essencialmente conservador da política de Estado) quanto pelas *reformas feitas com base na ditadura sobre as classes subalternas (hegemonia limitada à própria classe)*” (in DIAS, 1996, p. 172; *grifos nossos*).

paralisa, da perda de referências para a ação coletiva, da “baixa qualidade” da vida política (CAMPIONE, 2005, p. 24; *tradução e grifos nossos*).

São processos que devem ser compreendidos à luz de um capitalismo que busca sua recomposição reduzindo suas margens consensuais e de disputa no seio do Estado, no sentido de duradouras concessões econômicas e políticas às classes subalternas – não uma “restrição” do Estado e sim uma *restrição do poder das classes subalternas no seio do Estado*; isto é, uma maior impermeabilidade em face das suas pressões reivindicativas.

A partir dessas reflexões, propomos pensar a partir da idéia – inspirada no Gramsci de *Americanismo e Fordismo* – de que os processos de “racionalização produtiva” e de reorganização da relação capital-trabalho, que se delineiam mais claramente na Argentina da década de 1990, precisaram investir na destruição daquela precedente “personalidade histórica” do trabalho. Tais contra-reformas buscam diluir qualquer traço potencial de sociabilidade de classe e limitar os recursos políticos que as classes trabalhadoras construíram ao longo de décadas de luta e resistência. Para além das mediações necessárias nessa reflexão, o certo é que elas *configuram um terreno no qual as formas políticas do conflito de classes aparecem profundamente modificadas*.

Na verdade, a erosão do estatuto do trabalho – e suas principais manifestações no trabalho precário e desprotegido, e nos índices crescentes de desemprego estrutural (no auge da crise 50% da PEA apresenta problemas de emprego) – tem conseqüências devastadoras para a vida política. Retomando as lúcidas análises de Francisco de Oliveira (2007a), podemos pensar que são transformações que obscureceram as relações entre interesses políticos e clivagens de classe: é a “impossibilidade da política” ou a “era da indeterminação”, na qual se verifica um significativo empobrecimento da vida política que não reflete os antagônicos interesses classistas – a “década neoliberal” parece homogeneizar o sistema político – e resulta adverso inclusive à produção da contestação e contra-hegemonia dos próprios setores subalternos.

Uma imagem clara dessa realidade se expressa no que este autor chama de “políticas de funcionalização da pobreza” (OLIVEIRA, 2007a), mecanismos precários responsáveis por tornar disponíveis essas populações excedentes para ganhar um lugar em processos de trabalho mais primitivos, funcionais à dinâmica depredadora da acumulação capitalista contemporânea, o que resulta numa imagem das economias latino-americanas cada vez mais próxima das “famílias dos ornitorrincos”. Essas políticas – expressões claras da metáfora da “hegemonia limitada” – devem ser

compreendidas na sua relação com as *avassaladoras estratégias de desorganização de classe*. Os interlocutores que através delas são postos em relação são sujeitos difusos, distantes de um conflito de classes antagônico. Trata-se, assim, de políticas funcionais aos processos de “decomposição da classe” ou de desarticulação da sua sociabilidade precedente, tendo efeitos consideráveis na exclusão das classes trabalhadoras da vida política, classes essas que ficam reduzidas a objeto de políticas sociais compensatórias que possuem um claro corte antiuniversal. Nas justas palavras de Oliveira: “As políticas assistencialistas, que são na verdade políticas de funcionalização da pobreza, são a contraparte desse *movimento de verdadeira liquidação da classe* em curso [...]” (OLIVEIRA, 2007b, p. 279; *grifos nossos*).

Como dizíamos, o novo estatuto do trabalho que se delineia a partir dos processos de reestruturação produtiva expressa também transformações substantivas na dinâmica da dominação burguesa das classes dominantes argentinas da década de 1990. Essa realidade coloca às energias potenciais de *enfrentamento antagônico* ao capital das classes subalternas o desafio de um “heróico” esforço histórico de “re-atualização”. Gramsci já advertia que, na história dos grupos subalternos, seu descontentamento carrega sempre traços “episódicos” que, no entanto, podem chegar a ser de uma criatividade indispensável para sua autorganização. Assim, com graus importantes de espontaneidade, as experiências dos “fugazes” movimentos de desempregados constituem-se como *imagens de um antagonismo de classes (das suas formas políticas) em mutação, de uma profunda transformação da identidade das classes subalternas*.

2. Algumas reflexões sobre o significado das lutas dos desempregados: Frente a esta ofensiva pela erosão do estatuto do trabalho que vulnera muitas das suas experiências de resistência precedentes, devemos nos perguntar pelas formas organizativas que, nesse contexto, tentaram reatualizar o antagonismo de classes e o “espírito de cisão” das classes subalternas. Como um momento “fugaz” dessa experimentação inventiva, os desempregados irromperam na história argentina ensaiando uma experiência “episódica”, mas marcante – não é a única, não é a mais perdurável, nem deixam “moldes heróicos” a serem imitados (nada mais longe da nossa reflexão que a pretensão de “entronizar” essa potência inventiva carregada de contradições). Os desempregados deixaram sua marca de “fogo e dignidade” nas estradas de uma sociedade que – oh! “ironia” da história – outrora conhecera um padrão de emprego e proteção social superior à maioria dos seus irmãos países latino-americanos, e que foi historicamente

caracterizada pela gravitação e presença das lutas trabalhistas na estruturação do conflito de classes (lembramos das 13 greves gerais da difícil década de 1980).

É por essa razão que as lutas dos desempregados são recuperadas nestas páginas como *um momento de condensação*, como *uma tentativa de tramitação*, como *“episódios” que expressam uma profunda redefinição da identidade de luta das classes subalternas, nos marcos de uma mudança em processo da própria identidade operária*. Daí a importância de refrescar na memória da década de 1990 a experiência da CTA na reconstrução organizativa da classe trabalhadora (suas buscas por ampliar e diversificar a luta sindical); das Mães da Praça de Maio como um parâmetro central de apoio e ressonância organizativa das classes subalternas (nas tarefas de conscientização e educação da sociedade argentina, de politização do cotidiano, de denúncia da impunidade e construção de mecanismos alternativos de justiça); dos HIJOS e suas marcas de ação direta em uma geração de jovens militantes. No percurso da nossa leitura, as lutas dos desempregados fazem parte deste contexto maior de movimentação que floresceu nas brechas de um processo de precarização do vínculo representativo com as classes dominantes – expressões do empobrecimento da vida política, do esvaziamento e precarização dos instrumentos eleitorais, do consenso passivo, da orientação para a “pequena política” – o qual, ao tempo que evidenciou os rebatimentos da substantiva erosão do trabalho na organização das massas trabalhadoras, participou da gestação de um ambiente de contestação que alimentou a crise de hegemonia que se manifestou abertamente para finais de 2001, desafiando/desnudando os mecanismos transformistas de dominação. Lembremos que se ao longo da década de 1990 se observam 9 greves gerais, só no período 1999-2001 se produzem 8 greves gerais e 3 jornadas nacionais piqueteras, num contexto de movimentação generalizado da sociedade argentina, onde se destacaram as experiências das assembléias populares, dos clubes de trocas, das fábricas recuperadas pelos seus trabalhadores.

Pensar os desempregados como *um momento* dessa movimentação nos permitiu, para além da sua imediata presença temporal na cena política, buscar algumas tramas do sentido histórico da sua atuação: ao trabalharmos com a chave thompsoniana de que a classe é muito mais um processo histórico (de formação econômica e político-cultural) do que uma estrutura preestabelecida, recuperamos essas lutas como *um momento (fugaz mas marcante) da reconfiguração das formas políticas do antagonismo de classes*. Daí sua potência em reeditar na memória das lutas para um “novo” quadro histórico, experiências históricas de agregação territorial das massas exploradas

(costurando a experiência de classe para além do chão da fábrica); polêmicos debates político-organizativos, relativamente adormecidos na cultura política de esquerda – democracia e ação direta, autonomia e autogestão, inserção territorial e trabalho de base, vínculos de militância flexíveis e horizontalidade, tomada do poder e construção de poder popular –; ensaios de autorganização e politização das condições de vida e de trabalho das massas subalternas que desafiaram os regressivos parâmetros de intervenção social vigentes.

Seguindo as pistas das transformações materiais da luta de classes, sua atuação supus também uma *reatualização do antagonismo (e o confronto) de classe nas novas condições histórico-sociais*: porque desnudaram o desemprego como uma forma de existência do trabalho explorado (a existência dos que “sobram” não pode ser pensada como externa às relações sociais de exploração que essa sociedade produz); porque utilizaram o bloqueio de estradas como um mecanismo de intervir em algumas vias do circuito de valorização do capital (a circulação); porque expuseram publicamente as tentativas por outra territorialidade de classe (disputada nos bairros da periferia urbana); porque evidenciaram os fundamentos antagônicos que produzem a “questão social” e os traços de resistência presentes nas suas expressões – indissociável das metamorfoses do trabalho e dessas formas organizativas em mutação.

As lutas dos desempregados devem ser recuperadas não apenas nos seus “traços episódicos” de iniciativa autônoma das classes subalternas (no investimento na construção de estruturas político-organizativas próprias, na sua habilidade na separação das classes dominantes e de unificação em torno de si, na disputa para a gestão “autônoma” dos recursos públicos destinados ao desemprego), mas também na sua capacidade de mostrar as mutações nas próprias formas do domínio de classes – nos referimos às formas da “hegemonia limitada”, dentro das quais privilegiamos as respostas sócio-estatais para o desemprego. Desde as primeiras aparições – retratadas nas rebeliões do “interior” de cidades como Cutral-Có e Plaza Huinul (Neuquén), Tartagal e General Mosconi (Salta) e Jujuy – até sua consolidação como um polifônico sujeito de dimensões nacionais – falamos do bloqueio de estradas nacionais, do enfrentamento das forças repressivas, de iniciativas de ação direta e do uso da força, das formas de organização em assembléia e com lideranças rotativas, da articulação e solidariedade em diversas jornadas de luta –, os piqueteros desnudam o desemprego como uma expressão da “questão social” de difícil resolução, para a qual *inexistem* mecanismos progressivos permanentes de abordagem. Daí que o bloqueio seja um

método de luta e ação direta que ganha sentido para esses segmentos de classe, expulsos do mundo da produção e dos canais clássicos de mediação política. Sua mera existência deixa na evidência a *estruturação paulatina de um padrão regressivo de abordagem da “questão social” e do próprio conflito social*, no qual o *mix* de assistência/repressão se afirma como a forma transformista privilegiada.

Falamos das políticas de “funcionalização da pobreza” – cujas primeiras expressões se observam em resposta às rebeliões do interior do país, até ganhar contornos mais sistemáticos nos programas sociais de assistência ao desemprego que se estruturam desde o final da década de 1990 para conter um movimento de dimensões nacionais – como uma imagem clara do cenário de desagregação social que enfrentam as lutas dos desempregados. Sua versão mais acabada, o “Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados” (PJJHD) que unifica nacionalmente a resposta assistencial contra o desemprego, acompanhada de uma intervenção repressiva contundente (o Massacre da Ponte Pueyrredón, onde são assassinados dois militantes desses movimentos), são as vias privilegiadas pelas classes dominantes para “conter” a irradiação potencial das suas lutas para outros segmentos das classes subalternas nos marcos da recomposição da autoridade estatal ameaçada pela crise de hegemonia: nesse movimento de apagar os traços de resistência presentes nas expressões da “questão social”, torna-se necessário ressituar a gestão da política social nos “desafiados” marcos institucionais (procurando limitar as experiências de gestão “autônoma” dos programas sociais que os desempregados foram construindo nos bairros da periferia urbana), para, posteriormente, empreender uma reorganização dos benefícios assistenciais em outros marcos programáticos – como no governo de Kirchner (2003-2007) –, ainda que sem alterar as principais orientações regressivas da política social que se delineiam a partir da década passada.

Nos marcos desagregadores dessa hegemonia transformista, foi de uma importância épica (ainda que “fugaz”) a irrupção dos desempregados que, ao buscar reorganizar esses programas sociais desde os processos coletivos de luta e resistência (contestando o desígnio que reduzia os trabalhadores a “pobres” objetos passivos de políticas sociais residuais, na contramão das tendências de des-cidadanização e dissolução intraclasse), desnudou as regressivas estratégias sócio-assistenciais de controle e manipulação dessas massas supérfluas, e, ensaiando experiências auto-organizativas de agregação territorial, abriu um cenário de politização (talvez sem plena consciência dessa importância) dos debates sociais sobre os modos privilegiados pelas

classes dominantes no enfrentamento da “questão social”. Suas práticas de luta e organização marcaram nossa época, e não apenas por terem desnudado a dinâmica de exploração e os processos de insubordinação que produzem e reproduzem a “questão social” nas atuais condições sócio-históricas. As marcas de “fogo e dignidade” dos trabalhadores desempregados se animaram a ensaiar experiências inventivas de autorganização das massas subalternas.

Bibliografia

CAMPIONE, Daniel. Hegemonía y contrahegemonía en la América Latina de hoy – Algunos apuntes hacia una nueva época, 2005. Disponível em: www.rebellion.org (acesso em 7 de agosto de 2006).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIAS, Edmundo Fernandes [et al.]. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 3**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere. Volume 5**. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOZANO, Claudio (Comp.). **Primer Encuentro Nacional por un Nuevo Pensamiento**. El trabajo y la política en la Argentina de fin de siglo. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

MARRO, Katia. **De luchas, movimientos y conquistas sociales**. Reflexiones a partir de la experiencia del MTD de Solano. Rosario: UNR, 2006.

_____. A rebelião dos que “sobram”. Reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência na Argentina contemporânea. Tese de Doutorado. Mimeo, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação da ESS-UFRJ, 2009.

MAZZEO, Miguel. **Piqueteros**. Notas sobre uma tipologia. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2004.

_____. **El sueño de una cosa (introducción al poder popular)**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007.

MTD ANIBAL VERÓN. **Dario y Maxi. Dignidad piquetera**. El gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la masacre del 26 de junio en Avellaneda. Buenos Aires: Ediciones 26 de junio, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Além da hegemonia, quem da democracia. IN _____ **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. O atraso da vanguarda e a vanguarda do atraso. IN _____ **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998b.

_____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. IN OLIVEIRA, Francisco & RIZEK, Cibele (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. O momento Lenin. IN OLIVEIRA, Francisco & RIZEK, Cibele (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007b.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa. Volume 1**. A árvore da liberdade. 4 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.